



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

Análise da situação de segurança e socioeconómica dos retornados em Cabo Delgado

Maputo, Agosto de 2024

Título: Análise da situação de segurança e socioeconómica dos retornados em Cabo Delgado

Director: Edson Cortez

Revisão de pares: Edson Cortez

Revisão de pares externa: Liazzat Bonate

Propriedade: CIP

Revisão linguística: Samuel Monjane

Maputo, Agosto de 2024



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

Análise da situação de segurança e socioeconómica dos retornados em Cabo Delgado

Mais de 600 mil pessoas retornaram às suas aldeias de origem no norte de Cabo Delgado, após anos a viverem como deslocados de guerra. Nas terras de origem, os retornados enfrentam muitas dificuldades: vivem em ruínas, não têm comida, não têm emprego. A sua situação de segurança, providenciada por forças estrangeiras e milícias, é precária.

Maputo, Agosto de 2024

Índice

1. Introdução.....	5
2. Situação de segurança.....	7
2.1 O problema da dependência das forças estrangeiras e da milícia maconde.....	7
2.2 Milícias protegem o “reino” maconde.....	8
2.3 Milícia acumula papéis da Polícia, Forças Armadas e Inteligência.....	9
2.4 Integração da milícia nas Forças Armadas e expansão para mais distritos.....	10
2.5 Tropas da Tanzânia em Nangade para defender os seus interesses estratégicos.....	11
2.6 Tropas da Tanzânia em Nangade para defender os seus interesses estratégicos.....	13
3. Situação social.....	14
3.1 Centenas de milhares vivem em ruínas e com famílias desfeitas.....	14
3.2 Desafio da reintegração dos retornados.....	17
3.3 Centenas de crianças órfãs de Mocímboa da Praia sem apoio.....	17
3.4 Papel da ADIN na reintegração dos retornados.....	18
3.5 Reconstrução de infraestruturas públicas e privadas.....	19
4. Situação económica.....	21
4.1 Difícil construir resiliência com fome, altos custos da vida e desemprego.....	21
4.2 Custos elevados de transporte para voltar às terras de origem.....	21
4.3 Escassez de produtos de primeira necessidade nas lojas.....	22
4.4 Cobranças ilícitas encarecem os produtos.....	24
4.5 Actividades económicas afectadas pela insurgência.....	24
4.6 Acesso aos serviços básicos.....	25
4.7 Assistência humanitária limitada e sujeita a cobranças ilícitas.....	25
5. Planos de reconstrução do Governo sem impacto significativo na vida dos retornados.....	26
5.1 Programa de Estabilização implementado pelo PNUD.....	27
5.2 A ausência do Governo nas zonas de retorno e a falta de programa de assistência aos retornados.....	28
6. Conclusão.....	29

1. Introdução

Os distritos do norte de Cabo Delgado registaram melhorias da situação de segurança a partir do último trimestre de 2021, resultado directo do destacamento de tropas estrangeiras do Ruanda e de alguns países da SADC para ajudar a combater a insurgência¹. A melhoria da segurança, aliada às condições precárias em que vivem os deslocados internos nos centros de reassentamento definitivo abertos nos distritos do sul de Cabo Delgado e na vizinha província de Nampula, fizeram com que mais de 600 mil deslocados internos corressesem para retornar às suas zonas de origem no norte de Cabo Delgado, segundo dados de Organização Internacional das Migrações (OIM)².

Como resposta ao conflito em Cabo Delgado, o Governo adoptou, para além das medidas de reforço de segurança, outras iniciativas socioeconómicas, incluindo a aprovação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afectadas pelo Terrorismo - PRCD (2021-2024)³ e o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (PREDIN)⁴, ambos a serem coordenados pela Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN)⁵.

A efectividade dos planos do Governo na melhoria das condições de segurança e socioeconómicas dos retornados nas suas terras de origem - devastadas pelos ataques de insurgentes - ainda não foi profundamente estudada e debatida.

Entretanto, a situação de segurança deteriorou-se a partir de Dezembro de 2023 com o registo de ataques de insurgentes, essencialmente nos distritos da região centro e sul de Cabo Delgado, causando uma nova onda de deslocados internos.

O presente estudo foi realizado entre Janeiro e Maio de 2024. O trabalho de campo decorreu entre 4 e 14 de Março, na cidade de Pemba e nos distritos de Mueda, Mocímboa da Praia e Palma – locais para onde os deslocados internos retornaram. –O trabalho teve como objectivo examinar a situação socioeconómica e de segurança e. O estudo mapeou os principais actores governamentais e não- governamentais que apoiam os retornados em Cabo Delgado e analisou as condições de segurança, sociais e económicas em que os retornados de guerra se encontram.

Metodologicamente, o estudo é resultado de pesquisa de campo realizada na cidade de Pemba, em vilas-sede distritais e em algumas aldeias dos distritos de Mueda, Mocímboa da Praia e Palma. Recorreu-se a entrevistas a representantes das instituições do Governo, líderes das principais congregações religiosas, agentes económicos, membros das Forças de Defesa e Segurança e à observação não-participativa da realidade no terreno.

No grupo de representantes do Governo entrevistados inclui-se o secretário permanente do distrito de Mueda, o administrador do distrito de Mocímboa da Praia, o director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI) de Palma e o presidente do Conselho de Administração da Agência do Desenvolvimento do Norte.

Foram igualmente entrevistados membros da força local, agentes da Unidade de Intervenção Rápida e da Polícia da Fronteira, militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, das Forças de Defesa de Ruanda, da Missão Militar da SADC em Moçambique (SAMIM) e líderes de mesquitas e de igrejas cristãs. Dada a sensibilidade dos tópicos abordados, a identidade dos entrevistados foi mantida em anonimato, com excepção dos representantes do Governo.

Em termos da amostra, usaram-se de forma combinada os tipos de amostragem por conveniência, sobretudo nas entrevistas aos deslocados internos retornados às suas terras de origem, entrevistando-se as pessoas residentes em aldeias mais acessíveis (em termos de segurança e geográfica). O estudo recorreu ainda à colecta de histórias de vida dos retornados,

1 Houve igualmente treinamento e destacamento de diferentes unidades das forças de defesa e segurança para reforçar a segurança em Cabo Delgado, nem como a criação e apoio a milícias populares como a Força Local e Naparama.

2 A Organização Internacional das Migrações estima que até Dezembro de 2023, um total de 632,408 pessoas haviam retornado às suas terras de origem, o que é mais de 60% dos 1,030,000 de deslocados. Os dados estão disponíveis em <https://dtm.iom.int/mozambique> (consultado a 13 de Março de 2024).

3 República de Moçambique (2021). Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afectadas pelo Terrorismo (2021-2024). Disponível em <https://adin.gov.mz/wp-content/uploads/2021/11/PRCD-Plano-de-Reconstrucao-de-Cabo-Delgado.pdf> (consultado a 13 de Março de 2021)

4 Resolução n. 31/2022: Aprova o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique, abreviadamente designado PREDIN, B.R 3 de Agosto de 2022, I SÉRIE — Número 149.

5 República de Moçambique (12 de Março de 2020). Comunicado do Secretariado do Conselho de Ministros.

análise documental, observação e pesquisas bibliográficas. Usou-se também a amostragem por bola de neve (*snowball sampling*), em que a partir de uma entrevista, o entrevistado indicou uma ou mais pessoas que na sua opinião também poderiam ser relevantes para o estudo.

A principal limitação do estudo foi a dificuldade de acesso a aldeias distantes e às vilas-sede distritais de Mueda, Mocímboa da Praia e Palma devido à insegurança. Outra limitação foi a impossibilidade de realizar estudo de campo nas aldeias do distrito de Muidumbe, que haviam sido selecionadas, devido à deterioração da segurança entre Janeiro e Fevereiro de 2024.

O relatório está estruturado em três partes, subdivididas em secções. A primeira parte é a introdução, na qual se apresenta o contexto, o objectivo e a metodologia do estudo. A segunda parte apresenta os resultados do estudo e está subdividida em três secções. Na primeira secção apresenta-se e analisa-se a situação de segurança da província de Cabo Delgado, com principal enfoque para os distritos do norte que foram objecto do estudo de campo (Mueda, Mocímboa da Praia e Palma). A análise inclui o mapeamento dos principais actores de segurança, o seu papel na protecção dos retornados e os desafios de segurança prevaletentes. Na segunda secção analisa-se a situação social dos deslocados e retornados. Abordam-se as suas condições de habitação, o acesso aos serviços públicos como educação, saúde, infraestruturas e a ajuda de emergência e de desenvolvimento que este têm recebido. A terceira e última secção da segunda parte aborda a situação económica dos retornados de guerra, desde as suas condições de aquisição dos produtos da cesta básica, o acesso a alimentos e as principais actividades económicas por eles praticadas. Na terceira e última parte do estudo apresentam-se as conclusões e as recomendações específicas aos diferentes actores envolvidos na resposta ao conflito armado em Cabo Delgado.

Fig. 1. *Sem ocupação económica, jovens deslocados internos passam tempo praticando jogos de diversão no bairro de Maringanha, Cidade de Pemba.*



2. Situação de segurança

2.1 O problema da dependência das forças estrangeiras e da milícia maconde

Nesta secção faz-se o mapeamento dos principais actores de segurança, o papel que desempenham na protecção dos retornados e os desafios de segurança prevaletentes.

A situação geral de segurança em Cabo Delgado continua precária, apesar de melhorias nos distritos do norte do rio de Messalo (zona alta de Muidumbe, Mueda, Nangande, Mocimboa da Praia e Palma) devido à presença das forças estrangeiras do Ruanda e da Tanzânia e da milícia da Força Local. Os insurgentes que realizam ataques na província desde Outubro de 2017 continuam a deter bases militares nas matas de Cabo Delgado, sobretudo na região costeira de Macomia e sul de Mocimboa da Praia, junto à foz do rio Messalo. No período entre Janeiro e Abril de 2024, os insurgentes tinham pelo menos uma base permanente, denominada Saina, e pelo menos cinco posições avançadas e inúmeras zonas de trânsito (Tabela 1).

Tabela 1. Posições activas de insurgentes em Cabo Delgado

Nome de posição	Localização provável	Obs.
Base Saina	Situada nas florestas de Namarussia, perto da margem sul do rio Messalo, a 17 km de Quiterajo	A situação pode ter mudado ligeiramente com a intervenção das tropas do Ruanda em Macomia a partir de Agosto de 2024
Posição avançada de Mussuru	localizada nas florestas de Namarussia, perto da margem sul do rio Messalo, a 17 km do posto administrativo de Quiterajo, distrito de Macomia	
Posição avançada de Falluja	Situada nas florestas de Nharide, a 8 km de Natugo.	
Posição avançada de Gaza	Situada perto do rio Licualedí, a 12 km do posto administrativo de Chai.	
Posição avançada de Kunamede	Situada a 8 km a leste de Chai e a 7 km a sudeste de Litamanda	
Posição avançada de Manica	Situada a 5 km a oeste do posto administrativo de Mucojo.	

Fonte: Compilação dos autores a partir de entrevistas com fontes militares

Face à continuada existência de actividades de insurgentes, a segurança das comunidades residentes nos distritos a norte de Cabo Delgado é assegurada por forças estrangeiras do Ruanda, Tanzânia e por milícias locais, maioritariamente da etnia Maconde. A presença das forças do Governo (policia e militares) nestes distritos é marginal e limita-se à protecção de empreendimentos estratégicos (caso do porto de Mocimboa da Praia e do aeródromo de Mueda), de altas individualidades, como os administradores distritais, e de edifícios de governos locais.

Nas entradas e saídas das vilas-sede distritais há posições fixas das forças do Governo, constituídas por membros da Polícia de Protecção, de unidades especiais da Polícia de Intervenção Rápida, nomeadamente a Força de Intervenção Rápida (UIR) e da Polícia da Fronteira (antiga Polícia da Guarda Fronteira). Entretanto estes raramente realizam patrulhamentos, devido ao histórico de maus-tratos, violência física, e saqueamento de bens por eles perpetuados nas comunidades. Os militares moçambicanos são tidos pela população como violentos. Há relato de assassinatos, violações sexuais a mulheres, agressão física, entre outros.⁶

A patrulha pelas vilas-sede distritais de Mocimboa da Praia e de Palma é assegurada pelas forças ruandesas, enquanto na vila de Mueda é realizada pelas milícias da Força Local. Em particular na vila sede de Mocimboa da Praia, as forças

⁶ Informações obtidas em entrevista a líderes locais e a outros membros da comunidade na vila de Mocimboa da praia e de Palma.

policiais e militares moçambicanas foram proibidas de realizar patrulhamento durante o período noturno. Esta é uma medida imposta pelo Governo em coordenação com as tropas do Ruanda no início no ano 2023⁷, após sucessivos casos de tortura e assassinatos de cidadãos civis pelas forças governamentais⁸.

No geral pode-se dizer que a relativa segurança que se verifica nos distritos a norte do rio Messalo é graças à presença das forças estrangeiras e de milícias da Força Local, secundarizando-se o papel do Estado de garante de segurança no seu território. Isto torna a situação de segurança insustentável na medida em que as forças estrangeiras podem retirar-se de Cabo Delgado por decisão dos respetivos governos, fora do controlo do Estado moçambicano. E, por outro lado, estas forças estão a operar em áreas limitadas aos seus interesses.

As Forças Populares de Defesa da Tanzânia (Tanzânia People's Defense Force - TPDF) estão concentradas na zona fronteira ao longo do rio Rovuma para evitar que os insurgentes atravessem a fronteira para realizar ataques na Tanzânia. As forças de Defesa do Ruanda (Rwanda Defence Force) estão concentradas nas vilas de Mocímboa da Praia e Palma e na área de Afungi para proteger os projectos de gás da TotalEnergies (operador da Mozambique LNG). Por fim, a força local está concentrada na vila sede e nas aldeias de Mueda e opera em distritos vizinhos, sobretudo nas aldeias habitadas maioritariamente por pessoas da etnia Maconde, conforme se detalha a seguir.

2.2 Milícias protegem o “reino” maconde

O distrito de Mueda, localizado nas terras altas do noroeste de Cabo Delgado, é o único da região norte da província (norte do rio Messalo) que não sofreu ataques de insurgentes, de grandes proporções, ao longo dos 7 anos em que dura o conflito. Algumas aldeias do leste (limite com Muidumbe) e sul (limite com Montepuez) foram atacadas, mas longe da vila-sede distrital. Cerca de 40 quilómetros a este, a vila de Namacande (sede de Muidumbe) e a vila de Awase (distrito de Mocímboa da Praia) foram atacadas e ocupados temporariamente pelos insurgentes, no ano 2020. Mas o coração de Mueda manteve-se livre dos insurgentes.

A segurança de Mueda tem um nome. Chama-se Força Local. Trata-se de uma força de milícias constituída maioritariamente por veteranos de Luta de Libertação Nacional e por seus filhos, quase todos da etnia maconde. Esta é uma milícia popular que nasceu espontaneamente dos antigos combatentes, resultado da necessidade de proteger a sua terra, Mueda.

A Força Local é uma milícia formada por um grupo étnico de elite pois os macondes formam a espinha dorsal das Forças de Defesa e Segurança e são, também, detentores do poder político e económico. Generais macondes ocupam, desde a independência de Moçambique, posições de comando de várias unidades das Forças de Defesa e Segurança. Isso inclui pelo menos três ministros de Defesa Nacional, Alberto Chipande, Filipe Nyusi e Atanásio M'tumuke; dois diretores-gerais do Serviço de Informação e Segurança do Estado, Lagos Lidimo e Bernardo Lidimba; Um Comandante Geral da Polícia, Bernardino Rafael; Um Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, Lagos Lidimo.

Nestes termos, pode-se compreender porque a Força Local beneficia do apoio do Governo, que a autorizou a usar armas de guerra e mobilizou para ela apoio, incluindo armamento, fardamento, viaturas e outros meios.

O apoio do Governo à Força Local pode ser compreendido de várias formas, mas a mais simples é que Mueda é de valor político e histórico muito importante para a Frelimo, o partido no poder, pelo que era do interesse do Governo que não fosse atacada. Só para se ter a ideia, figuras do topo da direcção da Frelimo e do Estado e que estiveram directamente envolvidas no combate à insurgência, tais como Presidente Filipe Nyusi, o Comandante-Geral da Polícia, Bernardino Rafael, o antigo ministro da Defesa Atanásio M'tumuke, o antigo director do Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE) Lagos Lidimo são naturais de Mueda e têm as suas residências na pequena vila de Mueda.

⁷ Informações obtidas em entrevistas a líderes locais em entrevistas realizadas na vila de Mocímboa da Praia entre os dias 09 e 12 de Março de 2023

⁸ Integrity Magazine (2023, 12 de Junho), Agentes da UIR acusados de matar três civis em Mocímboa da Praia. Disponível em <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/12656> (consultado a 21 de Março de 2024).

A protecção de Mueda era do interesse do Estado, do partido Frelimo e de individualidades importantes do Estado com poder de decidir sobre como destacar os recursos humanos, materiais, financeiros para responder ao conflito. Assim, dada a fragilidade das forças armadas e policiais destacadas para combater a insurgência, mas também por falta de confiança das forças do Governo pela população local, o Governo canalizou parte dos seus recursos, incluindo armamento e dinheiro, para apoiar a força local. Mobilizou, também, apoio externo, do Uganda⁹ e eventualmente da Argélia¹⁰, para equipar a mesma milícia.

O governo de Uganda apoiou a força local em equipamento constituído por fardamento e botas. O primeiro fardamento usado pelos membros da força local, de cor cinzenta escura, foi oferecido pelo presidente de Uganda, Yoweri Museveni. Há informação de que o Uganda ofereceu vários outros tipos de apoio que devido à sua natureza securitária, não foram tornados público¹¹. Quanto ao apoio da Argélia à força local foi anunciado durante uma visita presidencial de Filipe Nyusi àquele país do Magrebe e não há detalhes sobre o que foi efectivamente disponibilizado.

Para além de figuras indicadas que estão ou estiveram no activo durante o conflito militar de Cabo Delgado, outras figuras de grande poder de influência do Estado, como o antigo presidente Joaquim Chissano (sua esposa Marcelina é natural de Mueda), o antigo ministro da Defesa, Joaquim Chipande, o deputado e antigo governador Raimundo Diomba, o antigo membro da Comissão Política da Frelimo, Raimundo Pachinuapa, entre outros, têm património na vila de Mueda.

Localizada num planalto, a vila-sede de Mueda tem poucas entradas e saídas (são apenas quatro) e ao seu redor existem declives de muito difícil acesso. A situação geográfica é indicada como um dos principais factores que beneficiou o trabalho da força local no bloqueio à entrada de insurgentes à Mueda.

Entretanto isto não significa que a Força Local seja uma milícia bem equipada. Ela é reconhecida pelo Estado e beneficia de apoio logístico do Governo, aspecto que a outra milícia que surgiu no sul de Cabo Delgado, em resposta à insurgência, os Naparama de Makhuwas, não tem.

2.3 Milícia acumula papéis da Polícia, Forças Armadas e Inteligência

Fig.2. Nesta foto de parada militar na vila de Mueda é possível ver membros da Força Local (uniforme verde escuro sem manchas) integrando as várias unidades das Forças de Defesa e Segurança



9 O presidente do Uganda, Yoweri Museveni disponibilizou apoio em fardamento militar para membros da Força Local, segundo informação obtida em entrevistas a membros da Força Local no dia 8 de Março de 2024, em Mueda

10 RTP (2024, 3 de Março). Argélia vai prestar “apoio imediato” à força local – PR. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/argelia-vai-prestar-apoio-imediato-a-forca-local-pr_n1554860#google_vignette (consultado a 24 de Abril de 2024)

11 Nhamirre, B. (2022, 18 de Maio). Ugandan soldiers in Cabo Delgado could add fuel to the fire. *ISS Today*. Disponível em <https://issafrika.org/iss-today/ugandan-soldiers-in-cabo-delgado-could-add-fuel-to-the-fire> (consultado a 24 de Abril de 2024)

A Força Local acumula o papel que devia ser desempenhado pelas forças militares e policiais. Na vila de Mueda, agentes da Força Local realizam patrulhas regulares, de dia e à noite, revistam pessoas e instalações privadas, prendem suspeitos e encarceram-nos pelo tempo que julgarem necessário antes de encaminhá-los às autoridades policiais¹².

A Força Local monta postos de controlo ao longo das principais vias, das suas entradas e saídas, como das aldeias de Mueda, onde manda parar e revista viaturas e pessoas que passam. E não é só, nas entradas e saídas das vilas, como também no centro da vila de Mueda e na zona do principal mercado ao longo da estrada EN381, a Força Local monta postos de controlo, a partir de uma determinada hora, e manda parar e fiscaliza viaturas. Tradicionalmente este é trabalho da Polícia de Protecção e de Trânsito, mas em Mueda está a ser executado pelas milícias da Força Local.

A Força Local desempenha também um papel tradicionalmente atribuído aos militares, como a organização e condução de operações militares de perseguição e combate aos insurgentes nas matas do distrito de Mueda e dos distritos vizinhos onde a população é maioritariamente constituída por Macondes, nomeadamente, Nangade, Muidumbe, Macomia. Estas não são acções meramente defensivas mas também ofensivas tais como de identificar, perseguir e atacar os insurgentes nas suas bases – pelos menos nas posições avançadas (*Forwarded Bases*) e transitórias.

Por vezes, as operações da Força Local são realizadas em conjunto com as forças armadas, mas também podem ser feitas somente pelas milícias. As milícias recolhem ainda informação de importância operativa e partilham com as FADM e com as forças do Ruanda, uma actividade que tradicionalmente é dos serviços de inteligência.

A relação entre a Força Local e as outras Forças de Defesa e Segurança (sobretudo as FADM) nem sempre é das melhores. Os membros da Força Local acusam os militares de indisciplina, in experiência e até de roubar aos cidadãos e a comerciantes locais em Mueda. Entre os membros da Força Local há entendimento de que os militares promovem assaltos aos comerciantes da vila de Mueda. Por isso, na vila de Mueda os militares estão vedados de fazer patrulhamentos. Os militares reagem com insatisfação a esta situação, mas dado o poder político da liderança da Força Local não há muito que os militares possam fazer.

2.4 Integração da milícia nas Forças Armadas e expansão para mais distritos

Em finais de 2022, a Assembleia da República aprovou a revisão da Política Nacional da Defesa e Segurança, passando a integrar a Força Local como parte das Forças de Defesa e Segurança¹³. Isso significa que em termos do comando, a Força Local responde hierarquicamente ao Chefe do Estado Maior-General das FADM e em última instância ao Presidente da República, como comandante-em-chefe das FADM.

Com a integração nas Forças Armadas, o Estado chamou para si a responsabilidade legal pela actuação da Força Local. Ou seja, o Estado pode agora ser chamado a responder pelos actos praticados pela Força Local que lesem os interesses de particulares. Igualmente, o Governo passa a deter o poder legal de mobilizar e desmobilizar os membros da Força Local, conforme julgar relevante¹⁴.

A legalização da Força Local permitiu, também, ao grupo passar a beneficiar de remuneração aos seus membros, no valor de 6.786,22 meticais por mês. Até meados de Março de 2024, os membros da Força Local já haviam recebido a remuneração correspondente a um mês - Dezembro de 2023 (pago em Janeiro de 2024). Até aos meados de Março ainda

12 Informação obtida junto de comandantes da Força Local entrevistado na vila de Mueda no dia 8 de Março de 2024, em Mueda.

13 A Voz de Cabo Delgado (16 de Dezembro de 2022), Parlamento legaliza Força Local, disponível em [https://avoz.org/parlamento-legaliza-forca-lo-cal/](https://avoz.org/parlamento-legaliza-forca-local/) (consultado a 20 de Março de 2024)

14 Gould, T. Queface, T. e Lima, F (20 de Fevereiro de 2024). The Islamic State in Mozambique: The Cabo Delgado Conflict since 2021. Hudson Institute. Disponível em <https://www.hudson.org/islamic-state-mozambique-cabo-delgado-conflict-2021-tom-gould-tomas-queface-fernando-lima> (consultado a 20 de Março de 2024)

se aguardava pela remuneração de Janeiro e Fevereiro 2024¹⁵. Não há números precisos de quantos são os membros da Força Local mas estima-se serem entre 1500 a 2000 pessoas em toda a província, com a maioria concentrada na vila e aldeias de Mueda.

A Força Local expandiu-se também para aldeias dos distritos vizinhos, estando concentrada nas aldeias habitadas maioritariamente por pessoas do grupo étnico maconde. Por exemplo, no distrito de Mocímboa da Praia, a segurança dos postos administrativos de Mbau, Diaca e de outras aldeias do interior, locais habitados maioritariamente pelos macondes, é da responsabilidade da Força Local. O mesmo acontece em Macomia e na zona alta de Muidumbe.

2.5 Ruanda ajuda a criar “ilhas de segurança” na região de influência dos projectos de gás

Enquanto em Mueda e nas aldeias habitadas maioritariamente por macondes a segurança é providenciada primariamente pela milícia da Força Local, no vizinho distrito de Mocímboa da Praia e no distrito de Palma, os principais provedores de segurança são as Forças de Defesa do Ruanda (*Rwanda Defence Force*) e a Polícia Nacional de Ruanda (*Ruanda National Police*), que foram destacadas para a região em Julho de 2021 para ajudar a combater o terrorismo e o extremismo violento.

As forças do Ruanda têm sido elogiadas, seja a nível local como internacional, pela sua eficiência no combate ao terrorismo. Para além de terem desalojado os insurgentes das suas bases, incluindo da vila de Mocímboa da Praia que estava ocupada por cerca de um ano, os ruandeses garantem que nas zonas onde se encontram não ocorram ataques. Isso faz com que a população da vila de Mocímboa da Praia, por exemplo, afirme que caso as tropas ruandesas saiam desta cidade ela também (a população) irá sair de Mocímboa da Praia.

Assim, para quem está em Maputo, ou em outro lugar distante de Cabo Delgado, pode ficar com a percepção de que as tropas ruandesas trouxeram segurança para Cabo Delgado. Aliás, o Governo tem referido várias vezes que as tropas do Ruanda ajudaram a reestabelecer a segurança em Cabo Delgado em mais de 90%¹⁶.

A realidade no terreno mostra, porém, que a situação de segurança nos distritos para onde foram destacadas as tropas do Ruanda não corresponde à descrição do Governo. As tropas do Ruanda providenciam mais aquilo que se parece com segurança estática, em que têm os seus efectivos militares e policiais estacionados em postos estratégicos a fazer vigilância dos pontos de acesso às vilas de Mocímboa da Praia, Palma e à península de Afungi para garantir que estes locais de grande importância estratégica para as empresas de exploração de gás não sejam atacados pelos insurgentes.

O termo “segurança estática” implica que o operador deve estar fixo num ponto. Uma das suas principais funções é de efectuar patrulhas frequentes da área que está a vigiar para verificar se existem actividades suspeitas. É o que as tropas ruandesas fazem nos distritos de Palma e Mocímboa da Praia. Realizam patrulhamentos nas vilas e nas aldeias circunvizinhas para procurar insurgentes intrusos. Mas esse trabalho limita-se às vilas de Palma e Mocímboa da Praia e à península de Afungi, pelo seu valor estratégico para os projectos de Gás Natural Liquefeito (GNL). Em Palma há bancos e serviços públicos de alto valor, e a vila fica localizada apenas a 10 km do sítio das operações de LNG. Mocímboa da Praia está localizada a cerca de 80 quilómetros a sul de Afungi, mas tem o porto e o aeroporto de grande importância para os projectos de gás. A sua ocupação pelos insurgentes, em 2020-2021, demonstrou o quão importante e vital esta vila é para assegurar a protecção de Palma.

¹⁵ Membros da Força Local entrevistados no dia 08 de Março de 2024, em Mueda

¹⁶ LUSA (2023, 20 de Dezembro). Segurança restabelecida em 90% de Cabo Delgado. *DW*. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/seguranca-restabelecida-em-90-de-cabo-delgado/a-67774170> (consultado a 12 de Abril de 2024)

O reflexo imediato deste tipo de segurança estática, providenciada pelas forças do Ruanda e focada nos projectos de exploração de gás, é que as aldeias rurais dos mesmos distritos para onde foram destacadas as tropas do Ruanda são alvo de ataques frequentes de insurgentes. De tal forma que na classificação do nível de risco no primeiro trimestre de 2024, Mocímboa da Praia era considerado como distrito de alto risco, com excepção da vila de Mocímboa da Praia (ver figura 2).

Fig. 3. *Distribuição das diferentes forças militares e o nível de segurança nos distritos de Cabo Delgado, Maio de 2024*



Fonte: SAMIM, Maio 2024

No último trimestre de 2023 e no primeiro trimestre de 2024, muitas aldeias do sul do distrito de Mocímboa da Praia foram alvo de ataques de insurgentes. As tropas ruandesas, que estão estacionadas na vila-sede deste distrito, não foram capazes de prevenir e nem repelir em tempo útil os ataques na área que lhes foi atribuída. Os ataques mais vistosos ocorreram na aldeia de Naquitengue, em Setembro de 2023, no qual pelo menos 11 pessoas foram mortas. O Estado Islâmico reivindicou o ataque alegando que se tratava de cristãos¹⁷. Em Janeiro de 2024, foram atacadas a aldeia de Ntotwe, ao longo da estrada principal que liga Awasse à Mocímboa da Praia¹⁸ e a cerca de 20 km da vila de Mocímboa da Praia, e a aldeia de Chimbanga¹⁹. Em ambos os casos cidadãos foram mortos, casas incendiadas e bens saqueados.

Esta situação mostrou que afinal a segurança providenciada pelas forças do Ruanda não é muito efectiva, pelo menos fora da vila de Mocímboa da Praia. Como consequência, os residentes na vila sede de Mocímboa da Praia não podem sair da vila para um raio de mais de 10 quilómetros, para praticar agricultura nas chamadas zonas de produção (baixas dos rios Mwela, Messalo, aldeias de Mbau, e Merere), pois não se sentem seguras. Igualmente, verificam-se actividades de insurgentes nas ilhas próximas de Mocímboa da Praia, o que impede a população local de sair para pescar.²⁰

O Governo, do nível local ao nível central, está ciente da situação de insegurança de Mocímboa da Praia ao ponto de excluir, a priori, certas aldeias costeiras de Mocímboa da Praia do recenseamento eleitoral para as eleições de Outubro de 2024. Essas aldeias, segundo o mapa de postos de recenseamento do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral, incluem as aldeias costeiras de Mocímboa da Praia como Ulo, Naquitengue, Calungo, Marere, Lucheti, Nkitsuque, e Makulo.

17 Catureira, A. (2023). Estado Islâmico reivindica o massacre de 11 cristãos em Mocímboa da Praia. *Voz de América*. Disponível em <https://www.voaportugues.com/a/estado-islamico-reivindica-o-massacre-de-11-cristaos-em-mocimboa-da-praia/a-67892955> (consultado a 11 de Abril de 2024)

18 Lusa (2024, 04 de Janeiro). Cabo Delgado: Insurgentes voltam a atacar Mocímboa da Praia. *DW*. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-insurgentes-voltam-a-atacar-mocimboa-da-praia/a-67906962> (consultado a 12 de Abril de 2024)

19 Lusa (2024, 6 de Janeiro). Cabo Delgado: Três mortos em ataque em Mocímboa da Praia. *DW*. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-três-mortos-em-novo-ataque-terrorista-próximo-de-mocimboa-da-praia/a-67906962> (consultado a 12 de Abril de 2024)

20 Sérgio Cipriano, Administrador do Distrito de Mocímboa da Praia, entrevistado no dia 10 de Março de 2024, na vila de Mocímboa da Praia.

Assim, pode-se concluir que o que temos na zona de influência de gás são ‘ilhas de segurança’ em que se criou estabilidade em determinados territórios, tais como vilas de Palma, Mocímboa da Praia e Península de Afungi, enquanto no resto da província, incluindo no distrito de Mocímboa da Praia, os ataques continuam a decorrer afectando a população local.

A existência das ‘ilhas de segurança’ é perigosa pois projecta uma imagem falsa de segurança para toda uma área, quando, na verdade, existem zonas excluídas. As populações residentes nas zonas fora das ‘ilhas de segurança’ podem sentir-se discriminadas e tornarem-se vulneráveis à radicalização e eventualmente ao recrutamento pelos grupos extremistas.

Todavia, não se pode esperar que as tropas ruandesas, com o principal interesse de proteger os projectos de gás, consigam garantir a segurança em todo o território de Cabo Delgado. Esta deve ser tarefa primária do Estado moçambicano, através das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e de outras unidades das Forças de Segurança (polícia e serviços de inteligência).

2.6 Tropas da Tanzânia em Nangade para defender os seus interesses estratégicos

As tropas da SAMIM destacadas para Cabo Delgado em Agosto de 2021 foram distribuídas por três distritos, nomeadamente:

- **Macomia**, para onde foi destacado um batalhão de infantaria mecanizada das Forças de Defesa Nacional da África do Sul (South African National Defense Force - SANDF);
- **Mueda**, para onde foi destacado um batalhão de infantaria motorizada das Forças de Defesa do Botswana (Botswana Defense Force - BDF)
- **Nangade**, para onde foram destacado um batalhão de infantaria ligeira das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (Tanzânia People Defence Force - TPDF) e uma companhia de infantaria ligeira das Forças de Defesa do Lesoto.

No caso da TPDF, a sua distribuição geográfica no distrito de Nangande visa responder a interesses estratégicos da Tanzânia, de bloquear os insurgentes de atravessar o rio Rovuma para realizar ataques nas aldeias e cidades do Sul da Tanzânia. Em Outubro de 2020, os insurgentes que actuam em Cabo Delgado atacaram a região sul da Tanzânia, durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais, causando mortes e destruição²¹.

Ao destacar tropas para Nangande, o governo da Tanzânia pretendia combater os insurgentes em Moçambique antes que estes voltassem a atacar o solo tanzaniano.

Outro motivo que justifica a presença das tropas da Tanzânia em Nangade é a presença das tropas do Ruanda no vizinho distrito de Palma. Os dois distritos fazem limite com a Tanzânia através do rio Rovuma e o governo da Tanzânia, que não goza de boas relações com o Governo de Paul Kagamé em Ruanda, sente a necessidade de reforçar a presença das suas tropas em Nangade como que para vigiar as operações dos ruandeses. É assim como a Tanzânia justifica a presença de uma missão bilateral em Cabo Delgado enquanto já tem parte da tropa na missão multilateral da SAMIM²².

As tropas tanzanianas conseguiram criar estabilidade em Nangade, de tal forma que este é um dos distritos com mais baixo registo de ataques no norte de Cabo Delgado. Portanto, é mais um distrito seguro graças à intervenção de tropas estrangeiras.

21 AA News (2020, 22 de Outubro). 20 dead as terrorists storm Tanzania border region. Disponível em <https://www.aa.com.tr/en/africa/20-dead-as-terrorists-storm-tanzania-border-region/2015299> (consultado a 15 de Abril de 2024)

22 Cabo Ligado (2024, 20 de Janeiro). Cabo Ligado Update: 8-21 January 2024. Disponível em <https://www.caboligado.com/reports/cabo-ligado-update-8-21-january-2024> consultado a 15 de Abril de 2024)

Uma possível retirada das tropas da Tanzânia de Nangade significa que se vai abrir um vazio de provedor de segurança, que precisará de ser preenchido. A obrigação de preencher este vazio é do Governo de Moçambique, o que não se sabe se ele detem capacidade para tal.

No imediato, as tropas da Tanzânia continuarão em Nangade mesmo após a retirada das tropas da SAMIM²³. Isso é justificado não só pelo interesse que a Tanzânia tem em proteger a sua fronteira com Cabo Delgado contra a invasão dos insurgentes, mas também em monitorar as actividades das tropas do Ruanda. No entanto, Moçambique não tem garantias da duração da presença das tropas da TPDF em Nangade, uma vez que isso depende do interesse nacional da Tanzânia.

Em síntese, pode-se afirmar que as FADM e várias unidades da PRM, assim como as forças da SAMIM (excluindo a Tanzânia) são as que, de facto, estão em Cabo Delgado para proteger a população no geral. As forças do Ruanda estão destacadas para proteger as grandes empresas de gás em Palma e de mineração em Ancuabe e Montepuez. A força local está mais virada para proteger a população maconde em Mueda e nos distritos circunvizinhos. As forças tanzanianas estão destacadas para travar a expansão da insurgência para o seu território, atravessando o Rio Rovuma, e também para vigiar as forças de ruandeses que estão destacadas em Palma. Daí que é problemático Moçambique depender de forças estrangeiras e da milícia para garantir a segurança da população em Cabo Delgado.

3. Situação social

3.1 Centenas de milhares vivem em ruínas e com famílias desfeitas

Esta secção aborda a situação social em que os retornados de guerra vivem. Fala-se do seu acesso à habitação, da qualidade das infraestruturas públicas, do acesso aos serviços públicos e do atendimento às necessidades dos grupos vulneráveis, sobretudo às crianças órfãs cujos pais morreram ou desapareceram durante o conflito.

Segundo dados da ONU, até Agosto de 2023, aproximadamente 120 mil famílias deslocadas haviam retornado às suas zonas de origem. O retorno dessas famílias foi motivado por dificuldades de integração económica e social nos centros de reassentamento definitivos, associadas à relativa estabilidade nos distritos de proveniência. Sem meios de subsistência, muitos retornados dependiam, quase exclusivamente, do apoio alimentar prestado por organizações humanitárias. Com a redução do apoio alimentar em meados do ano 2022 – passando este a ser cada vez menos regular – o acesso à alimentação tornou-se uma das principais dificuldades dos deslocados. Este cenário, aliado a disputas pelo acesso aos recursos como terra e água com as comunidades acolhedoras, forçou o regresso de muitas famílias. Mas muitas famílias regressadas estão incompletas. Há muitas crianças órfãs e mulheres viúvas que precisam da atenção das autoridades, gerando um outro problema social.

Mesmo sem conhecer as condições que haviam de encontrar nas suas zonas de origem, muitas famílias decidiram deixar para trás o pouco que tinham nos centros de reassentamento, incluindo as casas e machambas, e regressar para os seus distritos. Mocimboa da Praia foi o distrito que acolheu o maior número das famílias retornadas. Recebeu até Agosto de 2023 cerca de 180 mil deslocados regressados. O distrito de Palma foi o segundo maior destino de retornados, acolhendo, até o mesmo período, aproximadamente 117 mil regressados. O distrito de Muidumbe ocupa a terceira posição com o retorno de cerca de 60 mil²⁴.

Os desafios que os retornados encontraram nestes distritos são similares. No geral, apesar da relativa estabilidade, os retornados debatem-se com a falta de meios de subsistência e de abrigo condigno. Também há limitação no acesso a serviços públicos essenciais, como saúde e água, resultado da destruição de infraestruturas públicas pela guerra.

²³ The Citizen (2024, 6 de Maio). Why Tanzanian troops will remain in Mozambique's Cabo Delgado. Disponível em <https://www.thecitizen.co.tz/tanzania/news/national/why-tanzanian-troops-will-remain-in-mozambique-s-cabo-delgado-4613836#> (consultado a 9 de Maio de 2024)

²⁴ OCHA (2023). Mozambique: Cabo Delgado, Nampula & Niassa Humanitarian Snapshot - August 2023. Disponível em: <https://www.unocha.org/publications/report/mozambique/mozambique-cabo-delgado-nampula-niassa-humanitarian-snapshot-august-2023-enpt>. [acessado a 17 de Março de 2024]

Melhor morrer na terra natal

A narrativa do executivo é de que o retorno das famílias às suas zonas de origem deveu-se à melhoria das condições de segurança nos seus distritos. No entanto, este não é o único factor que explica a decisão dos deslocados de retornar às suas zonas de origem. Condições de vida precárias, falta de meios de subsistência e de iniciativas de geração de renda, conflitos com as comunidades locais, são algumas das principais motivações que ditaram o retorno das famílias aos seus distritos de proveniência.

António²⁵, de 36 anos de idade, é um exemplo de deslocados que preferiram retornar à incerteza do que permanecer nos centros de reassentamento. Regressou à Mocimboa da Praia em Fevereiro de 2023, depois de ter permanecido com a sua esposa e 3 filhos por cerca de 2 anos no centro de reassentamento definitivo de Corrane, na província de Nampula. Ele conta que em Corrane vivia minimamente bem. Tinha construído uma casa e chegou até a beneficiar de uma formação em gestão de cooperativas. Fruto dessa iniciativa, ele e mais 20 deslocados criaram uma cooperativa, mas esta não chegou a funcionar por falta de fundos.

Sem meios de subsistência e sem nenhuma actividade de geração de renda, António viu-se obrigado a regressar à terra de origem logo que a situação de segurança melhorou. “Muitos regressaram por causa do sofrimento que havia nos centros”, explica ele.

O retorno à Mocimboa da Praia não significou o fim das dificuldades. Pelo contrário, após o regresso, António deparou-se com a sua casa largamente destruída e o bairro em que vivia quase despovoado. Hoje, ele tenta aos poucos reconstruir a sua casa, parede a parede, enquanto os seus vizinhos vão regressando timidamente ao bairro. Mas as marcas de destruição ainda são visíveis. Sentado defronte da sua casa construída com material precário, António conta que apesar dos desafios pelos quais passa, em Mocimboa consegue suprir as suas necessidades. Realiza pequenos trabalhos que lhe rendem algum dinheiro e com isso sustenta o seu agregado familiar. “Pelo menos aqui, quando preciso de algo, posso fazer alguns biscatos para conseguir alimentar a família”. No entanto, António lamenta não ter financiamento para iniciar a cooperativa que fundou em Corrane, pois entende que com os conhecimentos que adquiriu poderia ganhar algum dinheiro e assim minimizar as dificuldades por que passa.

Ibrahim, de 35 anos de idade, é outro deslocado que decidiu retornar à sua terra natal após quase três anos a residir no centro de reassentamento definitivo de Mapupulo, no distrito de Montepuez. Abandonou a vila de Mocimboa da Praia como resultado dos ataques dos insurgentes, deixando para trás o pouco que havia construído durante anos. A difícil adaptação no centro, a falta de meios de subsistência, os dias passados sem o que comer motivaram-lhe a regressar assim que as condições de segurança na vila melhoraram.

Entretanto, na sua terra natal, Ibrahim passa pelas mesmas dificuldades que no centro de reassentamento. Se no centro de reassentamento não conseguiu uma área para a prática da agricultura, em casa não se pode deslocar para as zonas de produção devido à insegurança. Sem meios de subsistência, chega-lhe a faltar um pouco de tudo. No entanto, entende, ainda assim, sentir-se relativamente melhor do que no centro de Mapupulo: “vale a pena morrer na terra natal”, ele afirma.

A vida nos distritos do norte da província de Cabo Delgado, para onde retornaram mais de 600 mil deslocados, está longe de retomar à normalidade. À semelhança dos centros de acomodação, nas suas zonas de origem também falta quase tudo, desde abrigo condigno, alimentação ao acesso à saúde, entre outros. Em Mocimboa, a maioria dos retornados enfrenta os mesmos desafios que nos centros de acomodação/reassentamento. Com habitações totalmente ou parcialmente destruídas pelos insurgentes, muitos retornados ainda não possuem abrigos condignos. Alguns tentam reabilitar as suas habitações com recurso a material local. A falta de meios de subsistência e o acesso limitado aos serviços públicos essenciais, como saúde, devido à destruição das infraestruturas, são os desafios que os retornados enfrentam.

25 Nome fictício. Os nomes dos entrevistados no âmbito da pesquisa serão mantidos em anonimato, com a excepção dos representantes do Governo.

Com o início da época chuvosa, muitos dos desafios das famílias retornadas agravaram-se. As chuvas que caíram no início do ano têm dificultado o escoamento de bens e produtos diversos através da principal rodovia que liga a região à província de Nampula e ao sul de Cabo Delgado, devido à destruição da ponte sobre o rio Messalo pelos insurgentes. Esse cenário está a comprometer o apoio alimentar aos retornados uma vez que não há abastecimento aos estabelecimentos comerciais. Com os estabelecimentos vazios, as organizações humanitárias interromperam a distribuição de “cheques” de assistência alimentar para as famílias retornadas até que haja reabastecimento. Além disso, as chuvas colocam sérios desafios para as famílias retornadas cujas casas ainda não foram devidamente reabilitadas.

Com as principais zonas de cultivo, nomeadamente Marere, Messalo, Mbau, ainda não completamente seguras, as famílias retornadas têm receio de deslocar-se aos seus campos de cultivo, o que compromete a sua subsistência. Como alternativa, as famílias produzem em pequenos campos de cultivo dentro dos seus quintais.

Soluções duráveis que possibilitem a realização de actividades de geração de renda e a criação de meios de subsistência são cruciais para que os retornados reconstruam as suas vidas e reduzam a dependência de assistência humanitária. Isso implica que os programas de assistência aos retornados não se devem concentrar apenas nas suas necessidades, mas devem buscar potenciar os seus conhecimentos e capacidades para que eles próprios possam restabelecer os seus meios de subsistência²⁶.

No entanto, o apoio do Governo e das organizações humanitárias às famílias retornadas é ainda limitado. Em Mocímboa da Praia, o principal destino das famílias retornadas, as poucas organizações que estão presentes no distrito têm prestado o seu apoio em várias áreas. Providenciam apoio alimentar, cuidados de saúde; promovem formação vocacional a jovens, reabilitam infraestruturas, entre outras actividades. Entretanto, o apoio não chega a todos. Além disso, são frequentes relatos de exclusão de algumas famílias no acesso à ajuda humanitária e a projectos de geração de renda, desviando-se a ajuda para beneficiar as famílias dos chefes locais. O problema de desvio da ajuda humanitária não é novo. Estudos anteriores já mostraram que parte da ajuda destinada aos deslocados nas comunidades de acolhimento era desviada para beneficiar as autoridades locais²⁷. Apesar de várias denúncias e aumento de fiscalização da distribuição da ajuda, o problema não foi resolvido na totalidade, ainda persiste, agora nas comunidades para onde os deslocados retornaram.

O desvio da ajuda humanitária resulta, em parte, do facto de o Governo deixar que esta actividade seja realizada exclusivamente pelas autoridades locais (secretários de bairros e régulos) e não por agências governamentais vocacionadas para o efeito, como o Instituto Nacional de Gestão de Desastres. As autoridades locais, que não têm trabalho remunerado, aproveitam-se da ajuda humanitária para tirar benefícios próprios.

Segundo o governo local, alguns deslocados retornados estão a beneficiar de *kits* de insumos para a produção agrícola e *kits* para pesca, que incluem redes e barcos. O administrador do distrito de Mocímboa, Sérgio Cipriano, entrevistado no âmbito desta pesquisa, entende que o apoio na criação de meios de subsistência é fundamental para reduzir a dependência e promover a coesão no seio da população do distrito.

3.2 Desafio da reintegração dos retornados

O sentimento de exclusão entre os retornados, sobretudo os mais jovens, é muito comum, sobretudo no distrito de Mocímboa da Praia. Os jovens queixam-se de não serem abrangidos em diferentes iniciativas levadas a cabo, quer pelo Governo quer pelas organizações humanitárias. O sentimento de exclusão e marginalização entre os mais jovens é anterior

26 IDMC (2023) Internal Displacement and Food Security. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2023/>. [acessado a 19 de Março de 2024]

27 CIP (2020). Número de deslocados internos em Moçambique Cresceu em cerca de 2700% em dois anos. Disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/Gestão-dos-deslocados-de-guerra-de-Cabo-Delgado-Governo-falhou-no-apoio-às-vítimas-do-conflito.pdf> [acessado a 19 de Março de 2024]

ao conflito e foi crucial para o recrutamento de jovens para a insurgência. Este sentimento ainda prevalece entre os retornados. A percepção entre os jovens de Mocímboa da Praia é de que a exclusão das oportunidades de emprego, relativas aos projectos ligados à indústria do gás, deveu-se à falta de formação técnica. Por essa razão, uma das principais inquietações deste segmento é o acesso a oportunidades/iniciativas de formação técnica e/ou de geração de renda para entrarem para o mercado de trabalho.

Vários jovens retornados ao distrito de Mocímboa da Praia manifestaram-se preocupados com a falta de projectos de formação vocacional e de iniciativas de geração de renda, considerando esta falta como um dos principais desafios que o grupo enfrenta após o retorno à sua zona de origem. Segundo dados colhidos em entrevista, as poucas iniciativas de formação vocacional e de apoio aos jovens, não só não são abrangentes, como também não chegam a ser devidamente comunicadas aos grupos beneficiários. Os jovens entendem que a falta de formação técnica é um dos factores que faz com que sejam excluídos das oportunidades de emprego em projectos associados à indústria do gás em Cabo Delgado.

Além disso, alguns jovens retornados que beneficiaram de iniciativas de formação vocacional, durante a sua estadia nos centros de reassentamento, alegam que há falta de acompanhamento para o desenvolvimento dos seus projectos. Estando em Mocímboa, muitos deles não conseguem dar continuidade às actividades por falta de fundos.

Para além da exclusão nas iniciativas de formação profissional, há discriminação em apoio a iniciativas de geração de renda. Alguns entrevistados entendem que os principais beneficiários de *kits* para pesca foram líderes comunitários, chefes das localidades, polícia, entre as demais autoridades locais. Igualmente, as populações residentes mais ao longo da costa/na zona de cimento alegam haver discriminação na alocação de apoios para a reabilitação das suas residências.

O Governo do distrito considera a formação técnica profissional um dos principais pilares para a integração dos jovens retornados e evitar, deste modo, que estes se sintam excluídos, tendo desenhado um projecto visando a formação técnico-profissional dos jovens de Mocímboa. No entanto, a falta de financiamento para este e outros projectos de geração de renda, constitui um desafio à integração socioeconómica dos jovens retornados.

3.3 Centenas de crianças órfãs de Mocímboa da Praia sem apoio

Um dos graves problemas constatados durante a pesquisa é a falta de apoio específico às crianças órfãs. Na vila de Mocímboa da Praia, há centenas de crianças, cujos pais morreram durante as incursões dos insurgentes, que agora vivem um drama da reintegração após o retorno às suas zonas de origem.

Durante os ataques, muitas destas crianças conseguiram escapar com familiares e conhecidos para zonas seguras e foram depois acolhidas, ou em centros de reassentamento, ou em casas de pessoas de boa vontade. Ainda nos campos de reassentamento, muitas crianças tornaram-se chefes de família. Tiveram que construir as suas próprias casas e cuidar dos seus irmãos mais novos²⁸. Em alguns casos, elas foram sujeitas a vários tipos de abuso como forma de sobrevivência, incluído a exploração sexual no caso das raparigas²⁹. Com a relativa estabilidade que se verifica no norte de Cabo Delgado, muitas destas crianças retornaram para as suas zonas de origem e passam novamente pelo mesmo desafio de reintegração. Diferentes grupos religiosos entrevistados durante a pesquisa entendem que a assistência às crianças órfãs que retornaram as suas zonas de origem é uma prioridade e deve merecer atenção especial tanto das entidades governamentais quanto das organizações humanitárias.

28 CIP (2023). Management of those displaced by the war in Cabo Delgado: the Government has failed in supporting the victims of the conflict. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/Management-of-those-displaced-by-the-war-in-Cabo-Delgado-the-Government-has-failed-in-supporting-the-victims-of-the-conflicts.pdf> [acessado a 17 de Março de 2024]

29 CIP (2023). O Outro Lado da Guerra: Prostituição e Exploração Sexual de Mulheres Deslocadas em Cabo Delgado. Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2023/05/29/o-outro-lado-da-guerra-prostituicao-e-exploracao-sexual-de-mulheres-deslocadas-em-cabo-delgado/> [acessado a 17 de Março de 2024]

A UNICEF tem estado a fazer um trabalho notável na protecção de crianças, incluindo a reintegração de crianças soldados, que tinham sido capturados, radicalizados e treinados pelos insurgentes. Mas é muito trabalho e requer apoio do Governo, que tem sido insignificante ou inexistente.

3.4 Papel da ADIN na reintegração dos retornados

Quanto à integração dos retornados, a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), criada pelo Governo para coordenar iniciativas de desenvolvimento no norte do país, tem uma abordagem relativamente diferente. Contrariamente à ideia da promoção de centros de formação técnico profissional e certificação de jovens retornados, a ADIN tem estado a priorizar a construção de aldeias modelo que ofereçam às populações diferentes meios de subsistência, sem que seja necessariamente o emprego formal, na indústria do gás.

Assente nesta perspectiva, a ADIN está a desenvolver um projecto designado Otheke, que consiste na construção de 360 habitações para as comunidades afectadas pelo conflito. O projecto abrange o distrito de Quissanga, um dos severamente afectados pelos ataques, e também os distritos de Macomia e Mocimboa da Praia. As habitações serão criadas em aldeias, com serviços públicos básicos, campos para a prática de agricultura e mercados para comercialização de bens diversos - uma réplica do centro de reassentamento de Marokani. Com estas iniciativas, a ADIN espera criar resiliência no seio das comunidades de modo a evitar aliciamento dos jovens para o terrorismo.

No entanto, apesar das iniciativas em curso, a ADIN debate-se com a falta de recursos para a operacionalização do seu mandato. A ausência de fundos é um dos principais desafios que a entidade enfrenta na assistência às vítimas do conflito em Cabo Delgado, quer aos deslocados internos, tanto aos retornados. Porém, o presidente do Conselho Executivo (CE) da ADIN, Professor Armindo Ngunga, entrevistado durante a realização desta pesquisa, considerou que a entidade tem estado a registar sucesso na promoção de programas de desenvolvimento económico e geração de emprego e no engajamento com os parceiros nas iniciativas de desenvolvimento socioeconómico da região norte do país. A ADIN beneficia de vários pequenos financiamentos para a execução deste projectos, incluindo doações de materiais de construção, como cimento, chapas de zinco para a cobertura das casas, estacas, entre outros.

Fig. 4. *Serviços de missa são celebrados ao relento na vila de Mocimboa da Praia, uma vez que a capela destruída pelos insurgentes ainda não foi reabilitada.*



Os deslocados que preferiram os centros de reassentamento ao retorno às ruínas

Mesmo com a relativa estabilidade nos seus distritos de proveniência, algumas famílias preferiram permanecer nos centros de reassentamento. São deslocados que, apesar das condições adversas que encontraram nos centros de reassentamento, conseguiram dar a volta por cima e construir as suas vidas no meio do nada. Alguns são provenientes dos distritos de Mocimboa da Praia e Muidumbe e decidiram permanecer em centros de reassentamento do distrito de Mueda, apesar da relativa melhoria da situação de segurança nas suas zonas de origem.

Tomás, de 34 anos de idade, é um de vários deslocados que prefere permanecer no centro de reassentamento do que regressar à Mocimboa. Em 2021 chegou ao centro de mãos vazias, mas com a cabeça cheia de imagens que prefere esquecer, são os fantasmas de uma guerra cujo fim é ainda incerto. O jovem deslocado perdeu o pai, os parentes próximos e amigos durante as incursões dos insurgentes. Viu a sua casa destruída e todo o esforço de uma vida resumir-se em cinzas. E como a maioria dos deslocados, ele teve dificuldades de adaptação no novo meio. Mas hoje Tomás é um empreendedor e um exemplo de superação.

Tomás faz parte de uma lista de 70 deslocados que beneficiaram de uma iniciativa de geração de renda, financiada pela Norwegian Refugee Council (NRC). Recebeu um montante de 15 mil meticais para desenvolver a actividade de geração de renda. Com este valor, construiu uma padaria modesta, feita com material local, equipada com um forno de argila que lhe rende por dia pouco mais 3 mil meticais. Ao lado da padaria, construiu uma barraca para venda de chá e a 500 metros dali cultiva milho, batata, mandioca e amendoim, numa área de 2 hectares. Tomás não esconde a sua satisfação em relação ao projecto. Os frutos são visíveis: construiu uma casa coberta de chapa de zinco para a sua família.

Com sua vida relativamente estável no centro de reassentamento, Tomás não pretende regressar para Mocimboa da Praia de onde saiu devido aos ataques dos insurgentes.

Assim como Tomás, Julieta Rosário e Afonso Matuto, jovens provenientes do distrito de Mocimboa, desenvolveram pequenos negócios no âmbito do projecto de geração de renda financiado pelo NRC. Com um financiamento de 15 mil meticais para cada um, os jovens deslocados abriram uma pequena mercearia onde vendem bens de primeira necessidade e artigos diversos. Apesar da melhoria da situação de segurança, Afonso Mutoto decidiu permanecer no centro de reassentamento no distrito de Mueda.

O distrito de Mueda acolhe cerca de 17 mil famílias de deslocados provenientes de Mocimboa da Praia, Muidumbe e Nangade, acomodadas em 8 centros de reassentamento. Segundo o secretário permanente do distrito, Assam Omar, os ataques registados em Dezembro, no distrito de Mocimboa, fizeram com que a parte da população que tinha retornado, principalmente os que estão fora dos centros urbanos, regressasse novamente para os centros de reassentamento. Aponta que o que motivou as populações deslocadas a regressar foi a melhoria das condições de segurança nas suas zonas de origem, o que parece mais um discurso político que não corrobora com a realidade no terreno.

3.5 Reconstrução de infraestruturas públicas e privadas

O que muitos encontraram ao chegar as suas zonas de origem foi um cenário de total destruição e de terror, típico de um contexto de guerra. Residências e infraestruturas públicas e privadas completamente destruídas e, em alguns casos, reduzidas a cinzas; corpos abandonados na via pública; engenhos explosivos em poços de água, no interior das residências e nas machambas; veículos carbonizados, armas abandonadas em locais públicos... Estas são algumas imagens com que os retornados se depararam assim que chegaram à sua terra.

Em Mocimboa da Praia e Palma, por exemplo, volvido cerca de 1 ano após o retorno, o cenário de destruição das infraestruturas públicas é ainda bastante visível.

Em Mocimboa da Praia a maioria dos edifícios públicos e privados, alvos dos ataques dos insurgentes, ainda continua destruída. O edifício do Governo, que tinha sido severamente assolado aquando do ataque de 21 de Agosto que culminou com a ocupação da cidade, é das poucas excepções. Foi um dos que beneficiou de alguma intervenção. Em substituição do antigo edifício, novas instalações foram construídas e, para algumas repartições, foram provisoriamente alocadas tendas e contentores. Estas intervenções foram feitas no âmbito do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (*North Crisis Recovery*), que está sendo coordenada pela UNOPS.

Outra infraestrutura que beneficiou de alguma reabilitação foi a sede do partido Frelimo, à qual também foram alocadas duas tendas provisórias, no âmbito do plano de reconstrução de Cabo Delgado. Mas não há sinais de retoma de actividades. Das 3 vezes que o CIP passou pelas instalações do partido, não havia membros reunidos.

Fig. 5. Tendas disponibilizadas pelas UNOPS foram instaladas na sede do partido Frelimo em Mocimboa da Praia



O porto e o aeródromo de Mocimboa, duas infraestruturas cruciais também afectados pelos ataques, beneficiaram igualmente de alguma reabilitação e estão a operar normalmente.

Entretanto, uma série de outras infraestruturas ainda aguardam pela sua reabilitação. É o caso da escola secundária, que foi parcialmente destruída mas que continua ainda sem alguma reabilitação. Além disso, hospitais públicos, bancos comerciais e bombas de combustível ainda não foram reabilitados, facto que obriga a população a deslocar-se a Mueda e Palma para ter acesso a serviços de saúde, bancários, entre outros.

As residências também se encontram destruídas. Em muitas aldeias os retornados encontraram apenas escombros. Alguns retornados foram aconselhados a abandonar as suas antigas habitações e construir em outras áreas por causa do perigo de minas e/ou explosivos. Poucas famílias têm estado a receber apoio das organizações humanitárias na componente de abrigo. As populações que residem ao longo da costa de Mocimboa da Praia sentem-se excluídas destas iniciativas.

Em Palma há infraestruturas destruídas pelos insurgentes que estão a beneficiar de reabilitação, no âmbito do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, como é o caso da Escola Secundária de Palma. A secretaria distrital, os serviços de registo e notariado e a residência do secretário permanente do distrito também beneficiaram de reabilitação no âmbito de uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O posto de saúde e a residência do médico foram igualmente reabilitadas, com apoio da Total Energies em parceria com o Instituto de Formação Profissional Alberto Cassimo (IFPLAC).

No entanto, várias outras infraestruturas destruídas aguardam por reabilitação. É o caso do Tribunal do Distrito, da Autoridade Tributária, da residência do comandante da Polícia e do director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SPDI). A reabilitação destas infraestruturas enquadra-se num pacote de apoio à reconstrução financiado pelo PNUD.

4. Situação económica

4.1 Dificil construir resiliência com fome, altos custos da vida e desemprego

Nesta secção analisa-se a situação económica dos deslocados de guerra que retornaram às suas terras de origem. Discute-se como o desemprego e as dificuldades em realizar as actividades de subsistência (agricultura e pesca), aliadas aos altos preços de comida e de outros produtos essenciais, constituem barreira para a resiliência das comunidades de retornados, tornando-os vulneráveis à radicalização pelos grupos extremistas violentos.

Os retornados aos distritos de Palma e Mocimboa da Praia enfrentam problemas socioeconómicos relacionados a altos custos de vida, a dificuldades de acesso às zonas de produção agrícola e pesca e a limitada ajuda humanitária.

Para que a população se reestabeleça nas zonas de origem e se crie resiliência à radicalização e recrutamentos pelos grupos extremistas violentos, não basta a presença de militares estrangeiros e nacionais. É necessário que o Governo crie condições de acesso aos serviços básicos essenciais e a material e equipamento para o desenvolvimento de actividades de rendimento para que os retornados possam desenvolver as suas actividades independentemente da ajuda externa.

4.2 Custos elevados de transporte para voltar às terras de origem

Apesar de a TotalEnergies ter anunciado apoio para os retornados dos distritos de Palma e Mocimboa da Praia, este não foi suficiente. Vários retornados usaram meios próprios para o regresso à sua terra de origem.

Os custos elevados de transporte para voltar às terras de origem em Cabo Delgado são um desafio significativo para os retornados, pessoas deslocadas que viviam em centros de reassentamento nas províncias de Nampula e em alguns distritos da província de Cabo Delgado, incluindo a cidade de Pemba.

Fig. 6. O moto táxi é um dos principais meios de transporte no Norte de Moçambique. Fotografia captada na vila de Mueda



Os elevados custos de transporte são justificados, em parte, pela escassez de transportes para estas zonas devido a insegurança ao longo da via. Os transportadores não se mostram disponíveis a prestar estes serviços e quando o fazem aumentam os preços. Não tendo muitas opções para a deslocação, os retornados são submetidos a elevados custos.

Os retornados do distrito de Mocimboa da Praia provenientes do Centro de Reassentamento de Corrane, na província de Nampula, mencionam custos acima de cinco mil meticais para o retorno a Mocimboa da Praia, um valor três vezes mais alto do que pagariam em situação de paz. Os retornados relatam não ter tido nenhum apoio do Governo e que tiveram de separar as suas famílias e viajar de forma faseada devido às dificuldades financeiras.³⁰

Por sua vez os transportadores referem que os altos preços de transporte estão relacionados, não só com os custos adicionais por causa das cobranças ilícitas de agentes da Força Local e Polícia de Defesa e os custos de combustível (duas vezes mais elevados), mas também ao risco de se deslocar a uma zona que ainda não é considerada segura.

4.3 Escassez de produtos de primeira necessidade nas lojas

Os retornados do distrito de Mocimboa da Praia e Palma encontraram as suas residências em ruínas. Igualmente estavam sem acesso aos principais produtos alimentares e a ajuda humanitária para a reconstrução das suas residências. Um dos primeiros desafios enfrentados por estas pessoas foi a reconstrução por conta própria das suas casas.

Na vila de Mocimboa da Praia falta um pouco de tudo. O material de construção é escasso e a um preço elevado, o que têm dificultado ainda mais a reconstrução das residências. As dificuldades de reconstrução tornam-se mais evidentes devido à falta de actividades de rendimento que possam dinamizar a economia e permitir aos retornados o acesso aos produtos.

Os distritos de Mueda, Mocimboa da Praia e Palma dependem do fornecimento de produtos alimentares que provêm da província de Nampula. Nos principais armazéns destes distritos é notável a escassez de produtos alimentares.

No período da realização do estudo de campo, os altos preços de produtos alimentares, como é o caso do óleo alimentar, arroz, farinha de milho, sabão, entre outros, agravavam-se devido ao bloqueio da via pelas enchentes do rio Messalo, ao longo da N380, por causa das chuvas intensas que igualmente destruíram os campos agrícolas, sobretudo nos distritos de Mueda e Mocimboa da Praia.

Fig. 7. Comerciantes enfrentam falta de produtos nas lojas. Foto captada na vila de Mocimboa da Praia



30 Dados recolhidos na entrevista aos retornados do distrito de Mocimboa da praia.

Igualmente, nos três distritos visitados foi notável a falta de combustível. Excepção para o distrito de Palma onde existe um posto de abastecimento a funcionar e com combustível. Em Mueda, o preço do gasóleo chega a custar 250 meticais, mais de 100% do preço praticado nos distritos do sul da província de Cabo Delgado.

Mocímboa da Praia é o distrito mais crítico. Aqui não existe uma agência bancária nem postos de abastecimento de combustíveis. O acesso a este distrito está repleto de bloqueios e revistas intensas perpetuadas pela Polícia. Estes factos encarecem ainda mais os produtos básicos neste distrito.

A falta de uma agência bancária e de postos de abastecimento de combustíveis no distrito de Mocímboa da Praia criam muitos constrangimentos aos comerciantes, que relatam estar a viver num ambiente de terror. Eles assinalam que têm medo de insurgentes, de militares, e dos assaltantes. Devida à sua actividade profissional, os comerciantes andam com valores monetários e assim ficam propensos a assaltos. Os funcionários públicos, pensionistas e outros percorrem longas distâncias (cerca de 100 km) para o distrito de Mueda para ter acesso a uma agência bancária e caixa automática para levantar os seus ordenados. Este facto faz com que as agências bancárias do distrito de Mueda enfrentem enchentes praticamente durante 24h. Registam-se longas filas nos bancos, verificando-se casos em que as pessoas pernoitam à porta das agências bancárias, com todos os custos e desconforto que este processo causa.

Para além dos constrangimentos acima referidos, devido a instabilidade nestes distritos, os produtos alimentares provenientes das outras províncias levam mais tempo a chegar ao distrito, fazendo com que aumente a sua escassez nos armazéns.

Os proprietários dos armazéns indicam atrasos de mais de 30 dias para a recepção da mercadoria, não podendo, por isso, abastecer o mercado local de os produtos alimentares básicos³¹.

O atraso das mercadorias afecta directamente os retornados e as instituições que pretendem apoiar a população com cheque - alimentação³². Os armazenistas não têm como aceitar os cheques distribuídos pelo Programa Mundial de Alimentação (PMA) para fornecer produtos aos retornados. Isso fez com que o PMA suspendesse a distribuição dos cheques, entre Janeiro e Março de 2024.

Os altos custos de transporte também constituem um constrangimento para os comerciantes que justificam a alta de preços devido aos custos de transporte. Os transportadores aumentam os preços dos transportes devido à insegurança nas estradas e aos custos associados aos vários postos de controlo instalados pela Polícia de Protecção e pela Força Local. Os custos de transporte aumentaram em cerca de 90%, de um preço inicial de 115 mil MT, antes dos ataques nestes distritos, para 200 mil MT, de Nampula a Mocímboa da Praia³³.

O sector do comércio é, também, afectado por desinformações sobre os ataques. Quando surgem informações de insegurança, a população nas aldeias não se desloca à vila para adquirir produtos alimentares. Isso leva a que o comércio fique estagnado por algum período, criando prejuízos aos comerciantes.

Para além dos altos custos de transporte, cobranças ilícitas ao longo do trajecto Nampula- Mocímboa da Praia e cobranças em postos internos nas vilas, os comerciantes do distrito de Mueda são obrigados a contribuir valores monetários para apoio à Força Local. No caso do distrito de Mocímboa da Praia, os comerciantes aumentam os seus custos por serem obrigados a pagar a alguns polícias para a segurança das suas lojas e residências. Os tais pagamentos são ilegais e tornam os produtos ainda mais caros, tornando ainda mais precária a situação da população.

31 Entrevista aos comerciantes do distrito de Mocímboa da praia e Palma.

32 Cheque atribuído a população normalmente no valor de 4 mil MT para a aquisição de produtos alimentares nas lojas da vila de Mocímboa.

33 Entrevista ao comerciante do distrito de Mocímboa da praia.

4.4 Cobranças ilícitas encarecem os produtos

Nos três distritos visitados foi notória a inconformidade dos comerciantes pelos altos custos de transporte. A presença contínua de grupos armados em algumas áreas aumenta o risco para os transportadores, que cobram mais para compensar o perigo adicional. Além disso, os pontos de verificação e as extorsões por parte de grupos armados ou mesmo das forças de segurança, constituem custos adicionais às viagens.

Para além dos custos elevados de transporte, os comerciantes são obrigados a desembolsar valores ao longo do percurso até a vila. Para a saída do distrito de Mueda ao distrito de Mocímboa da Praia existem vários postos de controlo montados pela Força Local e/ou pelos agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM). Em cada entrada e saída das aldeias existe sempre um posto de controlo e para os comerciantes passarem por estes, devem efectuar pagamentos, independentemente da legalidade da sua documentação .

O secretário permanente do distrito de Mueda, Assamo Omar, admitiu que a Força Local cobra valores monetários aos comerciantes e à população, e reconheceu que estes actos são ilegais. Entretanto, o mesmo justificou que estes actos ocorrem como forma de apoio aos membros da Força Local, devido as suas condições difíceis³⁴.

4.5 Actividades económicas afectadas pela insurgência

As actividades económicas praticadas nos distritos de Mocímboa da Praia e Palma foram afectadas pela insurgência. Os retornados enfrentam dificuldades. No distrito de Mocímboa a principal dificuldade dos retornados é o acesso aos locais para a prática da agricultura. A população vive de pequenas hortas devido ao receio de se deslocarem às zonas onde antes faziam machambas pois é lá onde estão instalados os insurgentes. A população carece de alimentos, de instrumentos para a agricultura e de utensílios domésticos.

Os campos de produção no distrito de Mocímboa (campo de Messalo, Chanala, Quinhero) agora estão abandonados.

O retorno à prática da agricultura é essencial para a população do distrito que necessita também de apoio em ferramentas de trabalho, sementes e treinamento para a retoma desta actividade.

O administrador de Mocímboa da Praia, Sérgio Cipriano, referiu que a comunidade tem tido apoios em sementes. O Governo recebeu alguns tractores e motosserras. Entretanto, para o seu uso, a população deve pagar 3 mil meticais por hectare, para usar o tractor, e 1500 meticais por hectare para usar a motosserra. A população não consegue reunir estes valores, ficando, o acesso a estes equipamentos limitando a um pequeno grupo que detém melhores condições financeiras.

No distrito de Mueda, o secretário permanente, Assamo Omar, explica o motivo da baixa produção agrícola com o facto de existirem muitos antigos combatentes que recebem pensão de mais de 10 mil meticais. O acesso a este valor tem reduzido o seu interesse pela agricultura.

A situação socioeconómica dos retornados é bastante crítica e desafiadora devido à combinação de factores como a prevalência de insegurança, em algumas zonas, falta de acesso aos recursos básicos e à interrupção de actividades económicas.

³⁴ Assamo Omar, secretário permanente do Governo do distrito de Mueda, entrevistado no dia 8 de Março de 2024, na Vila de Mueda

4.6 Acesso aos serviços básicos

No distrito de Mocimboa da Praia, um dos mais afectados pelo terrorismo e com um número elevado de retornados, os serviços básicos não estão disponíveis. Neste distrito, o acesso à água é um dilema e a população deve percorrer longas distâncias para a sua obtenção.

A vandalização de infraestruturas de água, tais como bombas, redes domiciliárias e fontenárias, degradou ainda mais a situação de abastecimento de água no distrito de Mocimboa da Praia. A escassez de água afecta a mais de 57 mil retornados.³⁵

Não existem serviços básicos de saúde. O hospital não está a funcionar devidamente. Para ter acesso aos serviços médicos, a população deve deslocar-se ao distrito de Mueda, a cerca de 100 km de distância, com o risco de ser atacada pelos insurgentes. A situação complica-se ainda mais com a falta de transporte.

Em Mocimboa da Praia e nos distritos vizinhos não existe nenhuma escola de formação profissional ou técnica, nem instituições de ensino superior. A instituição de ensino superior mais próxima está em Pemba, a capital provincial, a uma distância de mais de 300 quilómetros. Há muitos jovens que quando terminam o ensino médio e não tendo condições para sair do distrito, acabam parando com os estudos, contribuindo para o aumento dos níveis de desemprego e marginalidade.

A reconstrução pelo Governo limita-se às infraestruturas do Estado, maior parte das quais está ainda em reconstrução. O ritmo lento da reconstrução, a redução da ajuda humanitária associada, os eventos climáticos calamitosos e a limitação de circulação de bens torna a vida dos retornados bastante complicada.

4.7 Assistência humanitária limitada e sujeita a cobranças ilícitas

A economia local foi prejudicada pela violência, afetando os meios de subsistência das comunidades. Muitos retornados enfrentam dificuldades para encontrar trabalho ou oportunidades de geração de renda, especialmente numa região onde a agricultura e a pesca são as principais fontes de sustento.

As organizações humanitárias têm trabalhado para fornecer assistência às comunidades afectadas. A Cruz Vermelha de Moçambique tem assistido aos retornados do distrito da Mocimboa da Praia com artigos essenciais e *kits* compostos por baldes, redes mosquiteiras, lonas e outro material. Os materiais foram distribuídos a 3.5 mil famílias retornadas, ou seja, a 17.5 mil pessoas³⁶

Entretanto, a ajuda humanitária é limitada devido a redução da ajuda global à emergência em Cabo Delgado, que desceu de forma drástica. Segundo dados do Programa Mundial de Alimentação (PMA), de 2023 para 2024, o volume da ajuda humanitária em Cabo Delgado caiu em mais de 76%. Com efeito, o número de pessoas assistidas pelo PMA reduziu de cerca de 750 mil pessoas, em Novembro-Dezembro de 2023, para cerca de 460 mil pessoas, em Janeiro/Fevereiro de 2024. Agravando mais a situação, no terreno, a selecção dos beneficiários não obedece a um critério justo e transparente. Em muitos casos, os beneficiários são os jovens familiares dos representantes dos bairros e dos membros da comissão de selecção dos próprios beneficiários. O delegado da Renamo no distrito informou que alguns retornados são excluídos das listas de apoio por questões partidárias, porque a estrutura do bairro exige cartão do partido para acesso à comida³⁷.

35 CM Mundo (2023). Escassez de água afecta 57 mil retornados a Mocimboa da praia. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/africa/deta-lhe/escassez-de-agua-afeta-57-mil-retornados-a-mocimboa-da-praia> (acessado a 20 de Maio de 2023)

36 Comité internacional da cruz Vermelha – CICV. (2023). O comité internacional da cruz vermelha assistiu recentemente os retornados de Mocimboa da praia, cabo delgado com artigos essenciais domésticos. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/mocambique-ciev-assiste-35-mil-familias-retornadas-mocimboa-da-praia>

37 Assumane Abdala Momade, Delegado da Renamo em Mocimboa da Praia, entrevistado no dia 11 de Março de 2024, na vila de Mocimboa da Praia

Alguns receberam apoio em cheque para a aquisição de produtos alimentares básicos. Mas a selecção destes beneficiários é duvidosa e muitas vezes são-lhes exigidos valores monetários para ter acesso aos alimentos.

O pagamento indevido para o acesso a ajuda humanitária foi confirmado também pelos líderes de mesquitas locais. Um deles explicou que recebeu apoio em *kits* para a pesca, compostos por 5 redes, boias, cordas e outros materiais de pesca. No entanto, pensa que beneficiou da ajuda pois tinha lá um “padrinho”³⁸.

Algumas aldeias do interior têm recebido apoio da Solidarités International, mas ao longo da costa o apoio tem sido reduzido. Os poucos pescadores que receberam os *kits* de pesca não têm como usa-los por falta do equipamento principal – o barco de pesca. Estas disparidades de ajuda humanitária entre os residentes da costa (mwani) e do interior (maconde) pode aumentar as desavenças entre estas comunidades.

A assistência humanitária fornecida pelas entidades internacionais foca-se na alimentação e nos serviços de saúde. Entretanto esta ajuda devia ser mais abrangente e incluir o acesso a atendimentos psicológicos aos retornados pois eles enfrentam traumas físicos e psicológicos devido à violência e ao deslocamento forçado.

5. Planos de reconstrução do Governo sem impacto significativo na vida dos retornados

No âmbito da implementação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD), que termina este ano, 2024, o Governo recebeu, em 2021, financiamento de USD 200 milhões aprovados pelo Banco Mundial. Em 2023, o Governo recebeu outro financiamento de USD 66.0 milhões, através do Programa de Estabilização do Norte, financiado por parceiros multilaterais³⁹.

Em relação à implementação do PRCD, o Governo destaca que foram criadas condições de segurança para o retorno da população deslocada às suas zonas de origem. Cerca de 82% da população retornou. Mas isto contradiz a observação no campo e os relatos dos retornados que indicam que a segurança está somente na vila e que até ao momento os retornados não podem exercer as suas actividades por falta de segurança noutras zonas.

O balanço do PESOE do trimestre 1 de 2023 afirma, ainda, que o Governo criou condições para a provisão de serviços sociais essenciais, tais como água, energia, serviços de saúde e educação, comunicação e circulação de bens e pessoas. Entretanto, nos distritos visitados é notória a ausência de serviços básicos como maternidades, água e energia. A telefonia móvel funciona, mas com algumas deficiências.

Nos distritos visitados foram realizadas as seguintes actividades no âmbito da Implementação do PRCD:

Componente 1: Construir a coesão social e a resiliência aos conflitos

Apenas foram reabertos os serviços distritais de registo e notariado e de identificação civil, que beneficiaram a cerca de 85,602 deslocados internos e retornados.

Componente 2: Fornecimento de meios de subsistência.

Na area de formação vocacional e profissional foram treinados 1,982 jovens em habilidades de pequenos negócios para auto-emprego, dos quais 290 em Palma e 525 em Mocímboa da Praia.

³⁸ Os líderes de mesquitas foram entrevistados em anonimato durante o trabalho de campo em Mocímboa da Praia

³⁹ MEF (2024). Balanço do Plano económico e social e orçamento do estado de 2023.

Foram ainda atribuídos 2,000 *Kits* de auto-emprego para o processamento e comercialização de mariscos, agricultura, avicultura e horticultura; foram adquiridos 56 barcos para pesca, sendo 17 de madeira e 39 de fibra. Além disso, foram distribuídos insumos de pesca para as zonas de Quissanga, Macomia, Palma e Mocímboa da Praia.

Estes produtos e a formação são confirmados pelos retornados que, no entanto, afirmam que este apoio não foi suficiente. Relatam ainda casos de duplicação de apoio a determinados retornados influentes na vila.

Componente 3: Reabilitação, Construção e Equipamento de Infraestruturas públicas, Abastecimento de Água e Saneamento

Nesta componente apenas foram beneficiados os distritos do sul da província de Cabo Delgado, Metuge, Chiúre, Montepuez, Ancuabe, Namuno, Balama e Meluco, onde houve construção de casas de banho colectivas e de sistemas de abastecimento de água. Os distritos do norte da província não beneficiaram destes serviços. O mesmo ocorreu para a melhoria dos serviços de saúde e educação, tais como a construção e reabilitação dos centros de saúde e escolas. Apenas os centros de reassentamento localizados no sul de Cabo Delgado é que beneficiaram destes serviços. Os retornados dos distritos de Palma e Mocímboa da Praia não beneficiaram.

Ainda na componente de infraestruturas da Administração Pública, os distritos de Mocímboa da Praia e Palma beneficiaram da instalação e eletrificação de 6 e 9 escritórios modulares, tipo contentor. Beneficiaram, ainda, de fornecimento e montagem de 140 e 130 tendas respectivamente.

Na visita de campo observou-se que algumas instituições públicas funcionam em tendas provisórias, que foram alocadas também às instalações do partido no poder, conforme mostram as imagens.

5. 1 Programa de Estabilização implementado pelo PNUD

No programa de estabilização foram realizadas as seguintes actividades:

Mocímboa da Praia: conclusão da reabilitação de 1 centro de saúde, 2 escolas primarias, e 1 edifício da administração pública.

Foi possível verificar a reabilitação do edifício da administração pública. Entretanto, os trabalhos de reabilitação do centro de saúde e da escola são pouco visíveis. A maioria dos edifícios com previsão de reabilitação apenas estão identificados sem início das obras, conforme mostram as imagens.

Fig. 8. *Infraestruturas destruídas pelos grupos insurgentes aguardam pela reconstrução*



5.2 A ausência do Governo nas zonas de retorno e a falta de programa de assistência aos retornados

Apesar dos constantes apelos do Governo para o regresso às zonas de origem, estas não oferecem condições básicas para o retorno das comunidades.

O retorno dos deslocados deve ser devidamente planificado pelo Governo de modo a garantir que a população retornada tenha acesso às condições básicas como educação, saúde, água e outras, facto que não ocorre nos distritos de Mocímboa da Praia e Palma.

Nestes distritos, os projectos de reconstrução limitam-se às infraestruturas públicas, num processo bastante lento. Os retornados indicam que não tiveram ajuda para a reconstrução das suas residências e para o início das suas actividades económicas.

A ausência do Estado no regresso da população, a falta de condições básicas como maternidades, hospitais, água, e saneamento faz com que a população se sinta abandonada e suscetível de engrenar nos grupos dos insurgentes. Os jovens sentem-se abandonados e apontam que não existem actividades para desenvolver. Eles perderam tudo, incluindo redes de pesca e barcos. Neste momento apenas dependem da ajuda das organizações internacionais para sobreviver.

O planeamento para o apoio aos retornados deve iniciar com a preparação de infraestruturas como hospitais, escolas e outros serviços básicos; preparação de condições para o desenvolvimento das actividades económicas; e, também, a garantia de acesso à água.

O Governo não desenhou planos e estratégias de reintegração da população retornada, nestes distritos, e não apresentou nenhuma estratégia para a implementação de programas de educação e capacitação profissional que possibilitem aos deslocados adquirir habilidades e encontrarem oportunidades.

A promoção da coesão social também é um elemento fundamental no desenho desta estratégia. A reintegração social da população, em particular aquela que estava aliada aos insurgentes, é fundamental, principalmente no distrito de Mocímboa da Praia onde o Governo tem incentivado a população a abandonar as fileiras dos insurgentes e retornar às zonas de origem. O Governo, em parceria com as comunidades, deve promover diálogo de modo a reduzir o estigma e facilitar a reintegração social dos retornados.

A falta de programas de recuperação educacional tem dificultado ainda mais a reintegração dos retornados, que são tratados de igual forma com os restantes estudantes, ignorando o facto de eles terem perdido boa parte das aulas, ou mesmo anos lectivos.

Muitas escolas estiveram encerradas durante os períodos de ocupação pelos insurgentes e a população deslocada teve muitas dificuldades de acesso à educação. Com o retorno às zonas de origem, é imperioso que o Governo trace programas de recuperação educacional, que implemente programas de recuperação para os alunos que tiveram a educação interrompida e implemente programas de educação técnico-profissional possibilitando aos jovens a aquisição, num curto prazo, de habilidades e ofícios para poderem engajar-se em actividades rentáveis.

6. Conclusão

A situação de segurança em Cabo Delgado melhorou desde a chegada das tropas estrangeiras mas continua volátil. Na região norte da província há mais estabilidade devido ao destacamento das forças do Ruanda para os distritos de Palma e Mocimboa da Praia, das Forças Populares de Defesa da Tanzânia, para o distrito de Nangade e o fortalecimento da milícia da Força Local em Mueda e parte de Muidumbe. Mas resta ainda muito por fazer.

A segurança garantida por forças estrangeiras e milícias é insustentável e não cobre a todos os territórios dos distritos. Em Mocimboa da Praia, por exemplo, as aldeias rurais vivem uma grande instabilidade pois a presença das tropas estrangeiras limita-se à área da vila e arredores, num raio de 10 quilómetros.

Esta situação está a gerar ‘ilhas de segurança’, nas zonas sob influência dos projectos de LNG, nas quais se pode considerar haver estabilidade, enquanto na periferia a insegurança persiste. Há ainda o risco de que uma eventual retirada das forças estrangeiras do Ruanda e da Tanzânia possa gerar um vazio de segurança e permitir o crescimento da ameaça dos insurgentes.

A situação socioeconómica dos retornados em Cabo Delgado continua a ser desafiadora devido à instabilidade continua e aos impactos da paralisação das actividades económicas. Abordar esses desafios requer uma resposta coordenada que se centre não apenas nas necessidades imediatas de assistência humanitária, mas também promova o desenvolvimento sustentável e a reconciliação comunitária para permitir que os retornados reconstruam as suas vidas com dignidade e segurança.

As condições precárias em que os retornados se encontram coloca-os numa situação de vulnerabilidade. Para além do plano de reconstrução de infraestruturas é necessário definir uma estratégia clara para lidar com os retornados e garantir que estes tenham acesso às actividades básicas para a subsistência de forma a evitar possíveis focos de violência e disponibilidade dos jovens em aliar-se aos insurgentes.

Deste modo recomenda-se:

Ao Governo de Moçambique:

Investir na formação e apetrechamento das FADM para tomar a responsabilidade primária de combate à insurgência e não confiar esta missão a forças estrangeiras e a milícias;

Trabalhar no incremento da disciplina militar das FADM, dedicar o tempo e fundos para o devido treino e educação das FADM para que a população confie nelas e não nas forças externas;

Atribuir às FADM o papel de coordenar as acções combativas das forças estrangeiras presentes no terreno (ruandesas e tanzanianas) para evitar a criação de ‘ilhas de segurança’ em Cabo Delgado;

Preparar unidades militares e policiais para garantir a substituição progressiva e efectiva da milícia da Força Local, de Mueda e de outros territórios onde esta tem a responsabilidade de garantir a segurança;

Ao Ministério da economia e finanças

Apresentar o balanço das actividades realizadas no âmbito do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, com os respectivos relatórios de execuções financeiras por distritos;

Apresentar o relatório sobre a ajuda humanitária aos retornados e as condições socioeconómicas destes;

Elaborar um plano de acção de apoio aos retornados por distritos.

7. Referências

- AA News (2020, 22 de Outubro). 20 dead as terrorists storm Tanzania border region. Disponível em <https://www.aa.com.tr/en/africa/20-dead-as-terrorists-storm-tanzania-border-region/2015299> (consultado a 15 de Abril de 2024)
- Cabo Ligado (2024, 20 de Janeiro). Cabo Ligado Update: 8-21 January 2024. Disponível em <https://www.caboligado.com/reports/cabo-ligado-update-8-21-january-2024> consultado a 15 de Abril de 2024)
- Catureira, A. (2023). Estado Islâmico reivindica o massacre de 11 cristãos em Mocímboa da Praia. *Voz de América*. Disponível em <https://www.voaportugues.com/a/estado-islamico-reivindica-o-massacre-de-11-cristaos-em-mocimboa-da-praia/7272063.html> (consultado a 11 de Abril de 2024)
- CIP (2023). Management of those displaced by the war in Cabo Delgado: the Government has failed in supporting the victims of the conflict. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/Management-of-those-displaced-by-the-war-in-Cabo-Delgado-the-Government-has-failed-in-supporting-the-victims-of-the-conflicts.pdf> [acessado a 17 de Março de 2024]
- CIP (2023). O Outro Lado da Guerra: Prostituição e Exploração Sexual de Mulheres Deslocadas em Cabo Delgado. Disponível em <https://www.cipmoz.org/pt/2023/05/29/o-outro-lado-da-guerra-prostituicao-e-exploracao-sexual-de-mulheres-deslocadas-em-cabo-delgado/> [acessado a 17 de Março de 2024]
- CIP (2020). Número de deslocados internos em Moçambique Cresceu em cerca de 2700% em dois anos. Disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/Gestao-dos-deslocados-de-guerra-de-Cabo-Delgado-Governo-falhou-no-apoio-às-vítimas-do-conflito.pdf> [acessado a 19 de Março de 2024]
- Diário económico. (2023). Cabo Delgado: mais de 556 mil pessoas já regressaram as zonas de origem. Disponível no site: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2023/08/23/economia/desenvolvimento/cabo-delgado-mais-de-556-mil-pessoas-ja-regressaram-as-zonas-de-origem/> [acessado aos 27/03/2024]
- Gould, T. Queface, T. e Lima, F (20 de Fevereiro de 2024). The Islamic State in Mozambique: The Cabo Delgado Conflict since 2021. Hudson Institute. Disponível em <https://www.hudson.org/islamic-state-mozambique-cabo-delgado-conflict-2021-tom-gould-tomas-queface-fernando-lima> (consultado a 20 de Março de 2024)
- <https://dtm.iom.int/mozambique> (consultado a 13 de Março de 2024).
- IDMC (2023) Internal Displacement and Food Security. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2023/>. [acessado a 19 de Março de 2024]
- Integrity Magazine (2023, 12 de Junho), Agentes da UIR acusados de matar três civis em Mocímboa da Praia. Disponível em <https://integritymagazine.co.mz/arquivos/12656> (consultado a 21 de Março de 2024).
- LUSA (2023, 20 de Dezembro). Segurança restabelecida em 90% de Cabo Delgado. *DW*. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/seguranca-restabelecida-em-90-de-cabo-delgado/a-67774170> (consultado a 12 de Abril de 2024)
- Lusa (2024, 04 de Janeiro). Cabo Delgado: Insurgentes voltam a atacar Mocímboa da Praia. *DW*. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-insurgentes-voltam-a-atacar-mocimboa-da-praia/a-67892955>. (consultado a 12 de Abril de 2024)
- Lusa (2024, 6 de Janeiro). Cabo Delgado: Três mortos em ataque em Mocímboa da Praia. *DW*. Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-três-mortos-em-novo-ataque-terrorista-próximo-de-mocimboa-da-praia/a-67900000> (consultado a 12 de Abril de 2024)

[praia/a-67906962](#) (consultado a 12 de Abril de 2024)

- MEF (2024). Balanço do Plano económico e social e orçamento do estado. Primeiro trimestre de 2023.
- OCHA (2023). Mozambique: Cabo Delgado, Nampula & Niassa Humanitarian Snapshot - August 2023. Disponível em: <https://www.unocha.org/publications/report/mozambique/mozambique-cabo-delgado-nampula-niassa-humanitarian-snapshot-august-2023-enpt>. [acessado a 17 de Março de 2024]
- República de Moçambique (12 de Março de 2020). Comunicado do Secretariado do Conselho de Ministros.
- República de Moçambique (2021). Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afectadas pelo Terrorismo (2021-2024). Disponível em <https://adin.gov.mz/wp-content/uploads/2021/11/PRCD-Plano-de-Reconstrucao-de-Cabo-Delgado.pdf> (consultado a 13 de Março de 2021)
- Resolução n. 31/2022: Aprova o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique, abreviadamente designado PREDIN, B.R 3 de Agosto de 2022, I SÉRIE — Número 149.
- RTP (, 2024, 3 de Março). Argélia vai prestar “apoio imediato” à força local – PR. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/argelia-vai-prestar-apoio-imediato-a-forca-local-pr_n1554860#google_vignette (consultado a 24 de Abril de 2024)
- The Citizen (2024, 6 de Maio). Why Tanzanian troops will remain in Mozambique’s Cabo Delgado. Disponível em <https://www.thecitizen.co.tz/tanzania/news/national/why-tanzanian-troops-will-remain-in-mozambique-s-cabo-delgado-4613836#> (consultado a 9 de Maio de 2024)
- Voz de Cabo Delgado (16 de Dezembro de 2022), Parlamento legaliza Força Local, disponível em <https://avoz.org/parlamento-legaliza-forca-local/> (consultado a 20 de Março de 2024)
- Nhamirre, B. (2022, 18 de Maio). Ugandan soldiers in Cabo Delgado could add fuel to the fire. *ISS Today*. Disponível em <https://issafrika.org/iss-today/ugandan-soldiers-in-cabo-delgado-could-add-fuel-to-the-fire> (consultado a 24 de Abril de 2024)

Lista de entrevistados

- Armindo Ngunga, antigo Presidente do Conselho Executivo da ADIN, entrevistado no dia 14 de Março de 2024, na cidade de Pemba
- Celso Nhumaio, Director dos Serviços Distritais de Planificação e Infraestrutura de Palma, entrevistado no dia 12 de Março, na vila de Palma
- Sérgio Cipriano, Administrador do Distrito de Mocímboa da Praia, entrevistado no dia 10 de Março de 2024, na vila de Mocímboa da Praia.
- Vicente Miguel, Responsável do centro de reassentamento de deslocados Eduardo Mondlane, distrito de Mueda, no dia 9 de Março de 2024, na vila de Mueda
- Assamo Omar, Secretário Permanente do Governo do Distrito de Mueda, entrevistado no dia 8 de Março de 2025, na Vila de Mueda

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos



IGUAL
PROGRAMA DIREITOS
E DEMOCRACIA



cesc.
CENTRO DE APRENDIZAGEM E CAPACITAÇÃO
DA SOCIEDADE CIVIL



UKaid
from the British people



**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**
the global coalition against corruption